

WAGNER MENEZES
(ORGANIZADOR)

DIREITO DO MAR

DESAFIOS E PERSPECTIVAS



CEDMAR - USP

Centro de Estudos de Direito do Mar - Universidade de São Paulo



Belo Horizonte
2015

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clémerson Merlin Clève	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dircêo Torrecillas Ramos	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Emerson Garcia	Nelson Rosenvald
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Renato Caram
Floribal de Souza Del'Olmo	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Frederico Barbosa Gomes	Rodolfo Viana Pereira
Gilberto Bercovici	Rodrigo Almeida Magalhães
Gregório Assagra de Almeida	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Corgosinho	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladimir Oliveira da Silveira
Janaina Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2015.

Coordenação Editorial: Andréia Assunção
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Revisão: Responsabilidade do Autor

341.12251 Direito do mar: desafios e perspectivas /
D598 [organizada por] Wagner Menezes. - Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.
666 p.

ISBN: 978-85-8238-107-6

1. Direito do mar. 2. Direito internacional do mar. 3. Mar territorial.
4. Pirataria marítima. 4. Terrorismo marítimo. 5. Meio ambiente marinho.
6. Corte marítima. I. Tribunal Internacional do Direito do Mar. II. Título.

CDD - 341.12251
CDU - 341.45

Elaborada por: Fátima Falcí
CRB/6-nº700

Rua Oriente, 445 - Serra
Belo Horizonte/MG - CEP 30220-270
Tel: (31) 3031-2330

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	XXI
CAPÍTULO 1	
TEORIA GERAL DO DIREITO DO MAR	1
MAROTTA E A NATUREZA JURÍDICA DO MAR TERRITORIAL <i>Adberbal Meira Mattos</i>	2
DIÁLOGO DAS FONTES E A EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: O CASO ARA LIBERTAD FOI UMA OCASIÃO PERDIDA? <i>André de Carvalho Ramos</i>	10
O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO DIREITO INTERNACIONAL DO MAR: DIREITOS DO ESTADO SEM LITORAL E DOS ESTADOS GEOGRAFICAMENTE DESFAVORECIDOS <i>Jeancezar Ditz de Souza Ribeiro</i>	32
LA CONVENCIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL DERECHO MAR FRENTE A LOS CAMBIOS ORIGINADOS EN EL ACUERDO DE NUEVA YORK (1995) Y OTROS PROCESOS POSTERIORES <i>Ariel Ricardo Mansi</i>	42
AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E O DIREITO DO MAR <i>Ernesto Gomes Esteves Neto</i>	66

CAPÍTULO 2	
ESPAÇOS MARINHOS	84
TEMAS DE DIREITO DO MAR E A ATIVIDADE PETROLÍFERA	
<i>Marilda Rosado de Sá Ribeiro</i>	85
O DESCORTINO DA OBRA DE MAROTTA RANGEL EM FACE	
DAS DEMANDAS DO PRÉ-SAL	
<i>Jorge Fontoura</i>	104
REFLEXÕES SOBRE A AMAZÔNIA AZUL: O “NOVO TERRITÓRIO”	
BRASILEIRO	
<i>Sidney Guerra</i>	
<i>Caio Grande Guerra</i>	114
ATORES NÃO ESTATAIS E O COMBATE À PIRATARIA MARÍTIMA	
<i>Eliane Maria Octaviano Martins</i>	
<i>Nelson Speranza Filho</i>	128
A CORRIDA DA PLATAFORMA CONTINENTAL NO ÁRTICO	
<i>Isabella Sousa de Araujo Mochel</i>	
<i>Gabriela Heckler</i>	152
A CONDUÇÃO DE ATIVIDADES MILITARES NA ZONA	
ECONÔMICA EXCLUSIVA: O ENTENDIMENTO DA REPÚBLICA	
POPULAR DA CHINA	
<i>Soraya Fonteneles de Menezes</i>	163
CAPÍTULO 3	
DIREITO DO MAR E DIREITOS HUMANOS	174
PIRATARIA MARÍTIMA - DO CONCEITO À OCORRÊNCIA:	
O PAPEL DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O	
DIREITO DO MAR NO ENTENDIMENTO DO CONCEITO	
DE PIRATARIA	
<i>Eliane Maria Octaviano Martins</i>	
<i>Paulo Henrique Reis de Oliveira</i>	175
PIRATARIA E TERRORISMO MARÍTIMOS: UMA ANÁLISE	
CONCEITUAL	
<i>Nelson Speranza Filho</i>	183

REFUGIADOS AO MAR: A EXTRATERRITORIALIDADE DO PRINCÍPIO DO <i>NON-REFOULEMENT</i> E O DIREITO DO MAR <i>Rickson Rios Figueira</i>	196
NAVEGAR É PRECISO, VIVER NÃO É? A SOBERANIA DOS ESTADOS E OS ABORTOS PRATICADOS EM ALTO-MAR <i>Daniela Bucci</i>	209
O DIREITO DO MAR E OS DIREITOS HUMANOS: O CASO JUNO TRADER DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR <i>Paula Ritzmann Torres</i>	223
CAPÍTULO 4 DIREITO DO MAR E MEIO AMBIENTE	238
A IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL DA OBRIGAÇÃO DE CONSERVAR O MEIO AMBIENTE MARINHO: ALGUMAS LACUNAS NA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA <i>Alberto do Amaral Júnior</i> <i>Carina Costa de Oliveira</i> <i>Tarin Cristino Frota Mont'Alverne</i>	239
CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR E A POLUIÇÃO POR ALIJAMENTOS: A INSERÇÃO DO PLÁSTICO NO AMBIENTE MARINHO <i>Tarin Cristino Frota Mont'Alverne</i> <i>Jana Maria Brito Silva</i>	254
PREVENTING BIOPOLLUTION: CODIFICATION OF THE INTERNATIONAL LAW ON BALLAST WATER <i>Maria Helena Fonseca de Souza Rolim</i>	267
A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS AMBIENTAIS NA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA: ESTUDO CONCRETO SOBRE A PROTEÇÃO AMBIENTAL NA EXPLORAÇÃO DO ATUM <i>Rafaela Câmara Silva</i> <i>Ingrid Zanella</i>	282
CONFLITOS REGULATÓRIOS E BIODIVERSIDADE MARINHA <i>Oscar Bittencourt Neto</i>	294

IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DOS PROCESSOS DE DESSALINIZAÇÃO À LUZ DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR <i>Eloá Souza Figaro</i>	304
A CONSERVAÇÃO DOS PÁSSAROS MARINHOS DO SUL: DESAFIO À GESTÃO DA PESCA DO ATUM NO LITORAL BRASILEIRO <i>André de Paiva Toledo</i>	317
UMA LEI PARA A CONSERVAÇÃO DO BIOMA MARINHO BRASILEIRO <i>Mauro Figueiredo</i> <i>Leandra Gonçalves</i>	330
CAPÍTULO 5 TECNOLOGIA E INVESTIMENTO EM DIREITO DO MAR.....	343
OS DRONES NAVAIS E O DIREITO DO MAR <i>Wagner Reis</i>	344
MINERAÇÃO NOS LEITOS OCEÂNICOS, UMA NOVA TENDÊNCIA? <i>Juliano Lazzarini Moretti</i> <i>Luiz Guilberme de Souza Piagentini</i>	358
CONSERVAÇÃO DE RECURSOS MARINHOS E O USO DE MEDIDAS DE COERÇÃO ECONÔMICA: IMPACTO DO DIREITO DA OMC SOBRE O DIREITO DO MAR <i>Geraldo Vidigal</i>	373
A PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA <i>Charles Pacheco Piñon</i>	386
RESPONSABILIDADE CIVIL E AVARIAS GROSSAS (YAR E UNCLOS) <i>Rodrigo de Lima Vaz Sampaio</i>	398
CAPÍTULO 6 DIREITO DO MAR: JURISDIÇÃO E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	411

A FUNÇÃO JURISDICIONAL COMO FERRAMENTA DA UNIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL: O EXEMPLO DO TRIBUNAL DO MAR <i>Raphael Carvalho de Vasconcelos</i>	412
OS MEIOS DE SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS NA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITO DO MAR <i>Daiana Seabra Venancio</i>	435
A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DIREITO DO MAR: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA O DIREITO DO MAR <i>Rui Aurélio De Lacerda Badaró</i> <i>Fernanda Weigert</i>	451
O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS SEGUNDO A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR E A JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR <i>Rafael Clemente Oliveira do Prado</i>	472
O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS IMPLEMENTADO PELA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR, SUA APLICAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS PARA A PROTEÇÃO DO MEIO MARINHO <i>Tiago V. Zanella</i>	484
O TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA O DIREITO DO MAR E O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC: INTERSECÇÃO DE COMPETÊNCIA EM LITÍGIOS SOBRE MEDIDAS COMERCIAIS LIGADAS AO MEIO AMBIENTE <i>Camilla Capucio</i>	498
DA POSSIBILIDADE DE RESERVAS AO PROCEDIMENTO OBRIGATÓRIO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR: UMA ANÁLISE À LUZ DO CASO “ARCTIC SUNRISE” <i>Wellington Boignes Corbalan Tebar</i>	510

O CASO “ARCTIC SUNRISE” (PAÍSES BAIXOS V. RÚSSIA): SERÁ QUE OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS NO DIREITO DO MAR?	
<i>Paula de Castro Silveira</i>	523
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS TRABALHISTAS DOS FUNCIONÁRIOS DO TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA O DIREITO DO MAR (ITLOS)	
<i>José Daniel Gatti Vergna</i>	549
O DIREITO DO MAR E O PACÍFICO SULAMERICANO	
<i>Henrique Santos Costa de Souza</i>	562
FINDING DEEP POCKET TARGETS: O CONTENCIOSO INTERNACIONAL ENVOLVENDO POLUIÇÃO MARINHA POR HIDROCARBONETOS E A BUSCA POR TERCEIROS RESPONSÁVEIS PARA ALÉM DO REGIME DE CANALIZAÇÃO DA CLC/69-92	
<i>Orlindo Francisco Borges</i>	581
AS DECISÕES DO TRIBUNAL MARÍTIMO COMO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL: O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A MAIS IMPORTANTE MUDANÇA, EM 80 ANOS DE EXISTÊNCIA DA CORTE MARÍTIMA	
<i>Marcelo David Gonçalves</i>	593
O CASO DA FRAGATA ARA LIBERTAD: A AMPLIAÇÃO DA JURISDIÇÃO INTERNACIONAL	
<i>Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo</i>	601